



**CVM - Comissão de Valores Mobiliários**  
*Conhecimentos Básicos*  
*(Comum a todas as especialidades)*

## LÍNGUA PORTUGUESA

Interpretação e Compreensão de texto .....	1
Organização estrutural dos textos. Marcas de textualidade: coesão, coerência e intertextualidade .....	4
Modos de organização discursiva: descrição, narração, exposição, argumentação e injunção; características específicas de cada modo .....	8
Tipos textuais: informativo, publicitário, propagandístico, normativo, didático e divinatório; características específicas de cada tipo.....	9
Textos literários e não literários .....	14
Tipologia da frase portuguesa. Estrutura da frase portuguesa: operações de deslocamento, substituição, modificação e correção. Problemas estruturais das frases. Organização sintática das frases: termos e orações. Ordem direta e inversa .....	15
Norma culta .....	20
Pontuação e sinais gráficos.....	22
Tipos de discurso .....	27
Registros de linguagem.....	31
Funções da linguagem .....	32
Elementos dos atos de comunicação.....	35
Estrutura e formação de palavras .....	36
Formas de abreviação.....	39
Classes de palavras; os aspectos morfológicos, sintáticos, semânticos e textuais de substantivos, adjetivos, artigos, numerais, pronomes, verbos, advérbios, conjunções e interjeições .....	42
Os modalizadores.....	57
Semântica: sentido próprio e figurado; antônimos, sinônimos, parônimos e hiperônimos. Polissemia e ambiguidade.....	58
Os dicionários: tipos .....	60
A organização de verbetes .....	65
Vocabulário: neologismos, arcaísmos, estrangeirismos.....	81
Latinismos .....	84
Ortografia.....	85
Acentuação gráfica.....	86
A crase.....	88
Questões .....	90
Gabarito.....	100

# SUMÁRIO



# ESTRUTURA DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS (MVM)

Sistema Financeiro Nacional: legislação, bases, funções, estrutura e funcionamento	1
Mercado financeiro e de capitais: importância econômica.....	7
principais produtos dos mercados financeiro e de capitais.....	8
Regulação e autorregulação do mercado de valores mobiliários.....	14
Lei de Liberdade Econômica (Lei nº 13.874/2019 e suas alterações) e seu impacto na regulação do mercado de valores mobiliários.....	15
Análise de Impacto regulatório.....	29
Decreto nº 10.411 de 30 de junho de 2020 e suas alterações.....	29
CVM: legislação, criação e natureza jurídica, atribuições, competência, organização e funcionamento.....	34
Administradores de Carteiras, Analistas de Valores Mobiliários, Assessores de Investimento e Consultores de Valores Mobiliários: Características, requisitos, funções e responsabilidades.....	35
Entidades administradoras de mercados organizados.....	36
Plataformas eletrônicas de investimento participativo (crowdfunding).....	37
Mercados de bolsa, balcão organizado e balcão não organizado: Características, requisitos, funções e responsabilidades.....	38
Intermediários, custodiantes, escrituradores, entidades de compensação e liquidação e depositários centrais. Características, requisitos, funções e responsabilidades.....	39
Companhias Abertas: conceito; obtenção e cancelamento de registro de emissor de valores mobiliários; categorias A e B; informações periódicas e eventuais.....	41
Hipóteses de dispensa de registro de emissor de valores mobiliários.....	42
Fundos de investimento: Conceito; características gerais; estrutura e funcionamento; tipos de fundos de investimento; fundos abertos e fechados; objetivos para a constituição de um fundo de investimento; classes e subclasses de cotas; papéis e obrigações dos prestadores de serviços essenciais; e regulamento do fundo.....	43
Lei nº 14.430/2022.....	45
Lógica econômico-financeira.....	59
Valores mobiliários emitidos no âmbito de operações de securitização.....	60
Regime fiduciário e categorias S1 e S2 de companhias securitizadoras.....	61
Audidores independentes.....	62
Agências de classificação de risco. Características, requisitos, funções e responsabilidades.....	63
Valores Mobiliários: conceito e especificidade em relação a outros títulos.....	64
Mercados primário e secundário.....	65
A distribuição dos valores mobiliários no mercado.....	66
Legislação do mercado de valores mobiliários: Arts. 1368-C a 1368-F do Código Civil.....	67
Leis nº 6.385/1976 e alterações posteriores.....	67
6.404/1976 e alterações posteriores.....	81
Exercícios.....	116
Gabarito.....	125

## SUMÁRIO



## FUNDAMENTOS DE DIREITO

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Princípios fundamentais. Aplicabilidade das normas constitucionais. Normas de eficácia plena, contida e limitada	1
Direitos e garantias fundamentais. Direitos e deveres individuais e coletivos	5
Direitos sociais	12
Direitos de nacionalidade	15
Direitos Políticos, partidos políticos	17
Organização político-administrativa do Estado. Estado federal brasileiro, União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios	20
Administração Pública. Disposições gerais. Servidores públicos	33
Poder executivo. Atribuições e responsabilidades do Presidente da República	43
Poder legislativo. Estrutura. Funcionamento e atribuições	48
Processo legislativo. Fiscalização contábil, financeira e orçamentária. Comissões parlamentares de inquérito	59
Poder judiciário. Disposições gerais. Órgãos do poder judiciário. Organização e competências, Conselho Nacional de Justiça. Composição e competências	64
Funções essenciais à justiça. Ministério Público e Advocacia Pública	82
Ordem Econômica e Financeira	89
Direito Administrativo. Estado, governo e Administração Pública	97
Direito administrativo. Conceito. Objeto. Fontes	102
Ato administrativo. Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies. Extinção do ato administrativo: cassação, anulação, revogação e convalidação. Decadência administrativa	107
Agentes públicos. Conceito. Espécies. Cargo, emprego e função pública. Provimento. Vacância. Efetividade, estabilidade e vitaliciedade. Remuneração. Direitos e deveres. Responsabilidade	124
Processo administrativo disciplinar. Lei nº 8.112/1990	142
Poderes da Administração Pública. Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia. Direito administrativo sancionador. Uso e abuso do poder	186
Princípios expressos e implícitos da Administração Pública	196
Responsabilidade civil do Estado. Responsabilidade por ato comissivo do Estado. Responsabilidade por omissão do Estado. Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado. Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado. Reparação do dano. Direito de regresso	212
Serviços públicos. Conceito. Elementos constitutivos. Formas de prestação e meios de execução. Delegação: concessão, permissão e autorização. Classificação. Princípios. Lei nº 13.460/2018 e seus regulamentos	221
Organização administrativa. Centralização, descentralização, concentração e desconcentração. Administração direta e indireta. Autarquias e fundações. Empresas estatais. Controle da Administração Pública. Controle exercido pela Administração Pública. Controle judicial. Controle legislativo	244
Exercícios	259
Gabarito	268

# SUMÁRIO



## FLUÊNCIA EM DADOS

Fluência em dados: conceitos, atributos, métricas, transformação de Dados .....	1
Análise de dados. Agrupamentos. Tendências. Projeções.....	7
Conceitos de Analytics .....	14
Aprendizado de Máquina.....	18
Inteligência Artificial .....	26
Processamento de Linguagem Natural .....	32
Governança de Dados: conceito, tipos (centralizada, compartilhada e colegiada).....	36
Ciência de dados: Importância da informação .....	40
Big Data. Big Data em relação a outras disciplinas.....	45
Ciência dos dados .....	64
Ciclo de vida do processo de ciência de dados .....	64
Papeis dos envolvidos em projetos de Ciência de dados e Big Data .....	64
Computação em nuvens.....	64
Arquitetura de Big Data .....	70
Modelos de entrega e distribuição de serviços de Big Data .....	70
Plataformas de computação em nuvem para Big Data .....	70
Exercícios .....	70
Gabarito.....	80

## RACIOCÍNIO-LÓGICO

Lógica: proposições, conectivos, equivalências lógicas, quantificadores e predicados.....	1
Conjuntos e suas operações, diagramas .....	10
Números inteiros, racionais e reais e suas operações.....	13
Porcentagem e juros .....	25
Proporcionalidade direta e inversa .....	29
Medidas de comprimento, área, volume, massa e tempo.....	32
Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; dedução de novas informações das relações fornecidas e avaliação das condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações. formação de conceitos, discriminação de elementos .....	34
Compreensão de dados apresentados em gráficos e tabelas .....	53
Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais .....	60
Problemas de contagem e noções de probabilidade .....	63
Geometria básica: ângulos, triângulos, polígonos, distâncias, proporcionalidade, perímetro e área; Plano cartesiano: sistema de coordenadas, distância.....	66
Noções de estatística: média, moda, mediana e desvio padrão .....	79

# SUMÁRIO

Problemas de lógica e raciocínio.....	82
Exercícios .....	84
Gabarito.....	93

## FUNDAMENTOS DE DIREITO - LEGISLAÇÃO

Improbidade administrativa: Lei nº 8.429/1992 .....	1
Processo administrativo: Lei nº 9.784/1999 .....	18
Licitações e contratos administrativos: Lei nº 14.133/2021.....	34
Ética Pública: Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto nº 1.171/1994).....	150
Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal (Decreto nº 6.029/2007) ....	154
Lei nº 12.813/2013 - Dispõe sobre o conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego do Poder Executivo Federal e impedimentos posteriores ao exercício do cargo ou emprego .....	158
Lei nº 12.813/2013 - Dispõe sobre o conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego do Poder Executivo Federal e impedimentos posteriores ao exercício do cargo ou emprego .....	158
Exposição de Motivos nº 37/2000 do Chefe da Casa Civil - Código de Ética da Alta Administração .....	161
Direito de acesso à informação no Brasil: normas constitucionais, Lei nº 12.527/2011, Decreto nº 7.724/2012 (Regulamenta a Lei nº 12.527/2011).....	166
Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD).....	196
Atuação do Estado no Domínio Econômico.....	219
Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (Arts. 20 a 30, do Decreto-Lei nº 4.657/1942) e respectivo regulamento (Decreto nº 9.830/2019).....	221
Exercícios .....	227
Gabarito.....	234

# SUMÁRIO



### Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas. Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio no texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

### Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender. Compreender um texto é apreender de forma objetiva a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor. Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

### Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

### Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa **incorreta**.

(A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.



## Estrutura do Mercado de Valores Mobiliários (MVM)

### Sistema Financeiro Nacional (SFN)

De acordo com o BACEN:

“O Sistema Financeiro Nacional (SFN) é formado por um conjunto de entidades e instituições que promovem a intermediação financeira, isto é, o encontro entre credores e tomadores de recursos. É por meio do sistema financeiro que as pessoas, as empresas e o governo circulam a maior parte dos seus ativos, pagam suas dívidas e realizam seus investimentos.

O SFN é organizado por agentes normativos, supervisores e operadores. Os órgãos normativos determinam regras gerais para o bom funcionamento do sistema. As entidades supervisoras trabalham para que os integrantes do sistema financeiro sigam as regras definidas pelos órgãos normativos. Os operadores são as instituições que ofertam serviços financeiros, no papel de intermediários”.

	Moeda, crédito, capitais e câmbio		Seguros privados	Previdência fechada	
Órgãos normativos	<b>CMN</b> Conselho Monetário Nacional		<b>CNSP</b> Conselho Nacional de Seguros Privados	<b>CNPC</b> Conselho Nacional de Previdência Complementar	
Supervisores	<b>BCB</b> Banco Central do Brasil		<b>CVM</b> Comissão de Valores Mobiliários	<b>Susep</b> Superintendência de Seguros Privados	<b>Previc</b> Superintendência Nacional de Previdência Complementar
Operadores	 Bancos e caixas econômicas	 Administradoras de consórcios	 Bolsa de valores	 Seguradoras e Resseguradores	 Entidades fechadas de previdência complementar (fundos de pensão)
	 Cooperativas de crédito	 Corretoras e distribuidoras*	 Bolsa de mercadorias e futuros	 Entidades abertas de previdência	
	 Instituições de pagamento**	 Demais instituições não bancárias		 Sociedades de capitalização	

1

\* Dependendo de suas atividades corretoras e distribuidoras também são fiscalizadas pela CVM.

\*\* As Instituições de Pagamento não compõem o SFN, mas são reguladas e fiscalizadas pelo BCB, conforme diretrizes estabelecidas pelo CMN.

### Conselho monetário nacional (CMN)

É a autoridade máxima do Sistema Financeiro Nacional. Sendo órgão normativo, apenas define normas e diretrizes para execução do BACEM e da CVM.

1 Fonte: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/sfn>





### Distinção entre Direitos e Garantias Fundamentais

Pode-se dizer que os direitos fundamentais são os bens jurídicos em si mesmos considerados, de cunho declaratório, narrados no texto constitucional. Por sua vez, as garantias fundamentais são estabelecidas na mesma Constituição Federal como instrumento de proteção dos direitos fundamentais e, como tais, de cunho assecuratório.

### Evolução dos Direitos e Garantias Fundamentais

#### – Direitos Fundamentais de Primeira Geração

Possuem as seguintes características:

- surgiram no final do século XVIII, no contexto da Revolução Francesa, fase inaugural do constitucionalismo moderno, e dominaram todo o século XIX;
- ganharam relevo no contexto do Estado Liberal, em oposição ao Estado Absoluto;
- estão ligados ao ideal de liberdade;
- são direitos negativos, que exigem uma abstenção do Estado em favor das liberdades públicas;
- possuíam como destinatários os súditos como forma de proteção em face da ação opressora do Estado;
- são os direitos civis e políticos.

#### – Direitos Fundamentais de Segunda Geração

Possuem as seguintes características:

- surgiram no início do século XX;
- apareceram no contexto do Estado Social, em oposição ao Estado Liberal;
- estão ligados ao ideal de igualdade;
- são direitos positivos, que passaram a exigir uma atuação positiva do Estado;
- correspondem aos direitos sociais, culturais e econômicos.

#### – Direitos Fundamentais de Terceira Geração

Em um próximo momento histórico, foi despertada a preocupação com os bens jurídicos da coletividade, com os denominados interesses metaindividuais (difusos, coletivos e individuais homogêneos), nascendo os direitos fundamentais de terceira geração.

Direitos Metaindividuais		
	Natureza	Destinatários
<b>Difusos</b>	Indivisível	Indeterminados
<b>Coletivos</b>	Indivisível	Determináveis ligados por uma relação jurídica
<b>Individuais Homogêneos</b>	Divisível	Determinados ligados por uma situação fática

Os Direitos Fundamentais de Terceira Geração possuem as seguintes características:

- surgiram no século XX;
- estão ligados ao ideal de fraternidade (ou solidariedade), que deve nortear o convívio dos diferentes povos, em defesa dos bens da coletividade;

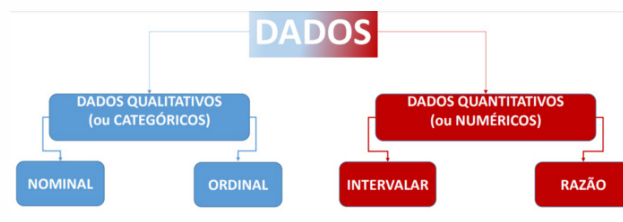




### Dados

Os dados são tão importantes para Ciência de dados quanto a ciência é para facilitar nossa vida. Existem diversos tipos deles<sup>1</sup>.

Antes de falar sobre os tipos de dados, precisamos primeiro definir alguns termos que serão frequentemente usados posteriormente, um deles é o dataset. Um dataset, se traduzido literalmente é um conjunto de dados, mas essa não é uma boa representação pois conjunto de dados passa uma ideia muito mais abrangente, um dataset é sim um conjunto de dados, porém com uma estrutura bem definida e que normalmente pode ser descrito em formato de tabela.



### Dados Numéricos

Dados numéricos são dados representados por números como o nome sugere, estes dividem-se em dois subgrupos: Discretos e Contínuos.

Os discretos representam valores inteiros, como “a quantidade de vezes que eu alunos que fecharam uma prova” ou “quantos passos eu gasto pra chegar no IMD”, são valores aos quais não faz sentido ter um valor quebrado/fração.

Enquanto os contínuos servem para representar esse outro universo em que as os valores podem ser quebrados como “a velocidade média dos carros de fórmula um durante o GP do Brasil” ou “o K/D de um jogador durante uma partida de rainbow six siege”.

### Dados Categóricos

Dados categóricos são aqueles decorrentes de observações de variáveis categóricas, ou seja, que identificam um caso para cada categoria. São divididos em dois tipos: nominais e ordinais.

Dados nominais são uma subclasse de dados categóricos, ou seja, seus valores são divididos em categorias. Ao obtermos uma variável nominal, não podemos afirmar que ela possui relação de maior, menor ou qualquer outra medida com outra variável.

Uma variável nominal é apenas igual ou diferente de outra. Assim, não possuímos nenhuma ordenação entre categorias, viabilizando tratamento de campos que não são mensurados, como cor de cabelo, tipo sanguíneo, gênero musical e outros.

Já os dados ordinais são usados quando existe uma ordenação entre as categorias. Exemplos: escolaridade (1º, 2º, 3º graus), estágio da doença (inicial, intermediário, terminal), mês de observação (janeiro, fevereiro,..., dezembro).

Entretanto, as distinções são menos rígidas do que a descrição acima insinua. Uma variável originalmente quantitativa pode ser coletada de forma qualitativa.

Por exemplo é o peso dos lutadores de boxe, uma variável quantitativa (contínua) se trabalharmos com o valor obtido na balança, mas qualitativa (ordinal) se o classificarmos nas categorias do boxe (peso-pena, peso-leve, peso-pesado etc.).

Um outro ponto importante é que nem sempre uma variável representada por números é quantitativa. O número do telefone de uma pessoa, o número da casa, o número de sua identidade. Às vezes o sexo do indivíduo é registrado na planilha de dados como 1 se macho e 2 se fêmea, por exemplo. Isto não significa que a variável sexo passou a ser quantitativa.

<sup>1</sup> LUCENA, W. Tipos de atributos e dados.



## PROPOSIÇÃO

Conjunto de palavras ou símbolos que expressam um pensamento ou uma ideia de sentido completo. Elas transmitem pensamentos, isto é, afirmam fatos ou exprimem juízos que formamos a respeito de determinados conceitos ou entes.

### Valores lógicos

São os valores atribuídos as proposições, podendo ser uma **verdade**, se a proposição é verdadeira (V), e uma **falsidade**, se a proposição é falsa (F). Designamos as letras V e F para abreviarmos os valores lógicos verdade e falsidade respectivamente.

Com isso temos alguns axiomas da lógica:

– **PRINCÍPIO DA NÃO CONTRADIÇÃO**: uma proposição não pode ser verdadeira E falsa ao mesmo tempo.

– **PRINCÍPIO DO TERCEIRO EXCLUÍDO**: toda proposição OU é verdadeira OU é falsa, verificamos sempre um desses casos, NUNCA existindo um terceiro caso.

“Toda proposição tem um, e somente um, dos valores, que são: V ou F.”

### Classificação de uma proposição

Elas podem ser:

• **Sentença aberta**: quando não se pode atribuir um valor lógico verdadeiro ou falso para ela (ou valorar a proposição!), portanto, não é considerada frase lógica. São consideradas sentenças abertas:

- Frases interrogativas: Quando será prova? - Estudou ontem? – Fez Sol ontem?

- Frases exclamativas: Gol! – Que maravilhoso!

- Frase imperativas: Estude e leia com atenção. – Desligue a televisão.

- Frases sem sentido lógico (expressões vagas, paradoxais, ambíguas, ...): “esta frase é falsa” (expressão paradoxal) – O cachorro do meu vizinho morreu (expressão ambígua) –  $2 + 5 + 1$

• **Sentença fechada**: quando a proposição admitir um ÚNICO valor lógico, seja ele verdadeiro ou falso, nesse caso, será considerada uma frase, proposição ou sentença lógica.

### Proposições simples e compostas

• **Proposições simples** (ou atômicas): aquela que **NÃO** contém nenhuma outra proposição como parte integrante de si mesma. As proposições simples são designadas pelas letras latinas minúsculas p,q,r, s..., chamadas letras proposicionais.

Exemplos

r: Thiago é careca.

s: Pedro é professor.

• **Proposições compostas** (ou moleculares ou estruturas lógicas): aquela formada pela combinação de duas ou mais proposições simples. As proposições compostas são designadas pelas letras latinas maiúsculas P,Q,R, R..., também chamadas letras proposicionais.

Exemplo

P: Thiago é careca e Pedro é professor.

ATENÇÃO: TODAS as **proposições compostas** são formadas por duas proposições simples.



### Conceito

Preliminarmente, para melhor entendimento acerca das disposições relativas à lei da improbidade administrativa, é necessário adentrar à origem da prática dos atos ímprobos concernentes ao tema.

No condizente ao princípio da moralidade, relembremo-nos que este comporta em seu bojo, os seguintes subprincípios:

- a) Boa-fé;
- b) Probidade; e
- c) Decoro.

A moralidade é um princípio estabelecido pela Constituição federal de 1.988, de forma que deverá ser cumprido pelos órgãos e entidades de todos os entes federativos.

Desse modo, havendo desrespeito à moralidade ou aos seus subprincípios, de consequência, deverá o ato administrativo ímprobo ser anulado.

Assim, podemos conceituar a improbidade administrativa como um designativo técnico que aduz corrupção administrativa contrário à boa-fé, à honestidade, à correção de atitude e contra a honradez.

Nem sempre o ato de improbidade será um ato administrativo, podendo ser configurado como qualquer tipo de conduta comissiva ou omissiva praticada no exercício da função ou, ainda, fora dela.

Nesse diapasão, auferindo um pouco mais de segurança ao respeito do subprincípio da probidade, a Carta Magna paramentou, em seu artigo 37, §4º, as consequências a seguir, elencadas, para configurar a prática dos atos de improbidade:

Art. 37 - A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

§4º - Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

Trata-se o referido artigo, de norma constitucional com eficácia limitada, que requer regulamentação para que produza efeitos jurídicos.

Assim sendo, a Lei nº 8.429/1992, Lei da Improbidade Administrativa - LIA, que passou por alterações através da Lei nº 14.230/2021, se trata de normativo legal de observância obrigatória por parte da administração direta e indireta de todos os entes federativos, por meio do qual, o legislador infraconstitucional veio a estabelecer as regras e procedimentos a serem observados quando ocorrer a prática de atos de improbidade.

### Sujeitos da Ação de Improbidade – sujeitos ativos, sujeitos passivos

Sujeitos ativos da ação de improbidade administrativa são aqueles que estão sujeitos à prática de atos de improbidade no âmbito da Administração Pública, vindo a figurar no polo passivo da correspondente ação. Já os sujeitos passivos, são as pessoas jurídicas vítimas dos atos de improbidade que figuram no polo ativo da ação.